

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 23106.019840/2019-81

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 501/2019
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 904/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 07 dias do mês de novembro de 2019, a Fundação Universidade de Brasília, Fundação Pública, doravante denominada FUB, sediada no Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília-DF, criada pela Lei 3.998, de 15/12/61, instituída pelo Decreto 500, de 15/01/62, inscrita no CNPJ sob o nº 00038174/0001-43, neste ato representada pelo seu Diretor da Biblioteca Central - BCE, Prof. Dr. Fernando César Lima Leite, brasileiro, solteiro, residente Condomínio Ouro Vermelho I, Quadra 10, casa 2, vetor 1, Jardim Botânico, Brasília - DF, portador da Carteira de Identidade nº 2563758SSP DF e do CPF 859.848.331-15, credenciado por delegação de competência, por meio do Ato da Reitoria nº 1717 de 9 de dezembro de 2016, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 502/2019, publicada no diário oficial de 25/09/2019, processo administrativo n.º 23106.019840/2019-81, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preço tem como objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais bibliográficos existentes no mercado nacional, constituídos de livros, mapas, audiovisuais, cd-roms e outros, demais especificações conforme anexo I.

EMPRESA	EDITORA E LIVRARIA CULTURA EIRELI
CNPJ: 11.002.868/0001-47	FONE/FAX: (63)3225.1707, 98460-8248
END: Av. LO 04, 108 Norte, Lote 5-A, térreo, Sala 03, Edifício Grupo Inteligente, Plano Diretor Norte – Palmas – TO CEP.77006-090	E-mail: editoracultura@hotmail.com
REPRESENTANTE LEGAL:	HENRIQUE SILVA VIEIRA Identidade: 4471398 CPF 987.180.701-59

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	PERC
1	3180	Unidade	<p>Livros em geral, das seguintes áreas:</p> <p>Administração Pública e Privada, Agronomia, Agricultura, Arte, Arquivologia, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Biografia, Biologia, Biomedicina, Ciências Sociais, Ciência Política, Ciência da Informação, Ciências Biológicas, Comunicação, Contabilidade, Controle Interno e Externo, Direito Público, Direito Privado, Documentação, Economia, Educação, Educação Física, Eletrônica, Enfermagem, Engenharia, Esporte, Estatística, Filosofia, Filologia, Finanças, Física, Folclore, Geografia, Geologia, História do Brasil, História Geral, Informática, Industriais, Jornalismo, Línguas, Linguística, Literaturas, Lógica, Matemática, Meio Ambiente, Metodologia Científica, Medicina, Medicina Veterinária, Museologia, Música, Odontologia e Obras gerais e de referência (Dicionários, Manuais de Assuntos Específicos, Anuários Estatísticos e Enciclopédias) Português, Políticas Sociais, Previdência Social, Psicologia, Química, Recursos Humanos, Relações Internacionais, Relações Públicas, Religião, Saúde, Segurança, Serviço Social, Sociologia, Tecnologia, Tecnologia da Informação, Teoria do Direito, Telecomunicações, Teologia Doutrinas e livros em geral, da área das Ciências Jurídicas, incluindo CÓDIGOS “secos” ou “comentados” e afins: Códigos Jurídicos, Constituições, Coletâneas ou Consolidações de legislação diversas comentados ou anotados.</p>	9,204 zero q
2	320	Unidade	<p>Administração Pública e Privada, Agronomia, Agricultura, Arte, Arquivologia, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Biografia, Biologia, Biomedicina, Ciências Sociais, Ciência Política, Ciência da Informação, Ciências Biológicas, Comunicação, Contabilidade, Controle Interno e Externo, Direito Público, Direito Privado, Documentação, Economia, Educação, Educação Física, Eletrônica, Enfermagem, Engenharia, Esporte, Estatística, Filosofia, Filologia, Finanças, Física, Folclore, Geografia, Geologia, História do Brasil, História Geral, Informática, Industriais, Jornalismo, Línguas, Linguística, Literaturas, Lógica, Matemática, Meio Ambiente, Metodologia Científica, Medicina, Medicina Veterinária, Museologia, Música, Odontologia e Obras gerais e de referência (Dicionários, Manuais de Assuntos Específicos, Anuários Estatísticos e Enciclopédias) Português, Políticas Sociais, Previdência Social, Psicologia, Química, Recursos Humanos, Relações Internacionais, Relações Públicas, Religião, Saúde, Segurança, Serviço Social, Sociologia, Tecnologia, Tecnologia da Informação, Teoria do Direito, Telecomunicações, Teologia Doutrinas e livros em geral, da área das Ciências Jurídicas, incluindo CÓDIGOS “secos” ou “comentados” e afins: Códigos Jurídicos, Constituições, Coletâneas ou Consolidações de legislação diversas comentados ou anotados. (EXCLUSIVO ME/EPP)</p>	8 % (o

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Fundação Universidade de Brasília - FUB.
- 3.2. Não houve a adesão de órgãos participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A Manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da última assinatura não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no

qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

8.4. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, do Decreto nº 3.722/01, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

8.5. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Brasília , 11 de Novembro de 2019



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Lucas de Faria Kama, Diretor(a) Substituto(a) da Biblioteca Central**, em 11/11/2019, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Silva Vieira Editora Cultura, Usuário Externo**, em 11/11/2019, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4658895** e o código CRC **81FC350F**.